

Global Green New Deal: uma receita para a crise

A recente publicação no âmbito das Nações Unidas de um programa mundial integrando soluções económicas, financeiras, sociais e ambientais é um acontecimento de largo alcance que se espera produza reflexos nas políticas de todos os países a curto prazo.

Este documento, resultante do contributo de alguns dos principais economistas mundiais, designado *Global New Green Deal*, desenha um quadro muito nítido daquilo a que generalizadamente usamos chamar "crise" e aponta um pacote de incentivos e medidas muito concretas e diversificadas para se sair dela.

A crise, como hoje se sabe bem, são várias crises e – embora global – está longe de ser uniforme conforme os países e regiões do mundo. É certo que a sua sinistra notoriedade advém do acontecimento financeiro norte-americano do ano passado. Foi lá que o crédito imobiliário mal parado desencadeou em cascata a derrocada do edifício de fantasias bancárias em que vivia o sistema financeiro – aí não só norte-americano, mas global. É história sabida.

Contudo, a doença do sistema revelou raízes bem mais antigas e mais profundas. Um sistema económico que assenta historicamente na exploração ilimitada de recursos finitos e na perpetuação das mais desumanas desigualdades sociais é o rosto daquilo que se chama a "insustentabilidade". Não podemos sequer dizer que é novidade. De há muitas dezenas de anos para cá, cientistas de vários quadrantes alertaram para a insustentabilidade ambiental e social do sistema que estava a ser construído. Mas a vertigem eufórica dos ganhos levava sempre a recusar esses avisos como agiões de desmancha-prazeres.

Desde a constituição da FAO, no pós-guerra, com os alertas do seu primeiro presidente, o agrónomo e médico Josué de Castro; ao célebre livro de Rachel Carson (*Silent Spring*, 1962); ao Clube de Roma e respectivo Relatório Meadows sobre os "Limites do Crescimento" (1968); às fomes mediatizadas do Biafra; às guerras coloniais; às crises do petróleo dos anos 70 (1973/74 e 1979/80); à diminuição e colapso da biodiversidade

«Os problemas que hoje enfrentamos com as actuais formas de pensar não podem ser resolvidos pelas mesmas formas de pensar que os criaram.»

Albert Einstein

e ao galopante esgotamento dos recursos naturais denunciados no relatório Brundtland – o Nosso Futuro Comum (1987); e à escalada da desflorestação e das alterações climáticas que originaram convenções na Cimeira do Rio de 1992... Todos estes avisos foram-se tornando cada vez mais nítidos aos olhos da opinião pública e dos responsáveis políticos – quase sempre negligentes face ao que consideravam profecias da desgraça num mundo em *boom* desenvolvimentista. Demorou demasiado tempo para se perceber a profunda comunicação interna que unia estas más notícias às crises sociais – seja as da persistente pobreza do 3.º Mundo, seja as das rupturas sociais do mundo desenvolvido. Mas a pobreza e as desigualdades sociais mostraram-se finalmente como a outra face da exaustão natural do planeta, e a implicação recíproca de ambas designou-se a "insustentabilidade" do sistema.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em derrapagem

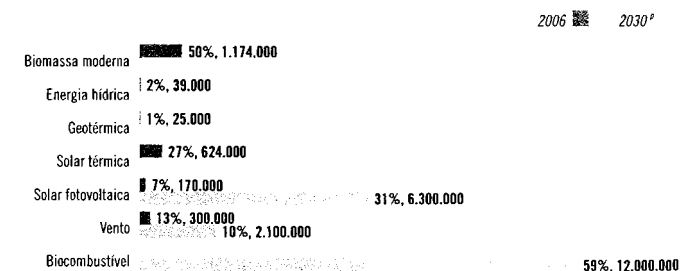
Aquilo a que hoje chamamos crise é, pois, o ataque de febre aguda desta outra crise que se chama a insustentabilidade e que tem levado ao agudizar de todos os problemas. Os próprios Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos em 2000 pela ONU para atingir em 2015 estão hoje completamente postos em causa. Os números são impressionantes, para não dizer impressionantes. Apesar da descida da taxa de pobreza no Leste da Ásia, graças sobretudo ao rápido crescimento da China (que ajudou a retirar da extrema pobreza cerca de 475 milhões de pessoas), no resto do mundo engrossou a população extremamente pobre: a região sub-sariana, por exemplo, contou com mais 100 milhões de pessoas nessas condições em 2005 comparativamente a 1990. As estimativas entretanto dramatizaram-se: calcula-se que o número de pessoas vivendo na extrema pobreza em 2009 seja 55 milhões a 90 milhões a mais do que se esperava antes da crise económica, embora com variações regionais.

Alguns países da América Latina, como o Brasil, poderão estar em recta ascendente, mas tanto na Oceânia, como no Leste da Ásia e na África sub-sariana, a incapacidade de implementar acções fortes contra a fome poderá originar uma longa crise alimentar. As consequências podem ser fatais, pois mais de um terço das mortes de crianças em todo o mundo é ainda atribuída à desnutrição. Outro indicador importante que registou progressos foi o acesso à educação primária, dado que os registos de matrículas, tanto na África sub-sariana como no sul da Ásia aumentaram 15% e 11% entre 2000 e 2007, respectivamente. Mesmo assim, ainda era negado o direito à educação a 77 milhões de crianças no mundo inteiro em 2007. Quanto à desflorestação mundial, continua a um ritmo alarmante, atingindo 13 milhões de hectares por ano (uma área equivalente ao Bangladeche!). Apesar da crescente plantação e restauro de áreas florestais,

a perda líquida global é ainda de 7,3 milhões por ano, sobretudo nas regiões da África sub-sariana, da América Latina e das Caraíbas – o que contribui não só para o aumento do dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, como para a redução das reservas de água doce potável. A este propósito, a batalha continua difícil de vencer: 884 milhões de pessoas no mundo continuam a depender de fontes de água "impróprias" para beber, cozinhar e tomar banho. De entre estas, 84% vivem em áreas rurais, sendo que apenas 27% da população rural mundial beneficia de água canalizada em casa. Os enormes investimentos realizados no sector para expandir as fontes de água "melhoradas" não têm obtido os resultados esperados, não cumprindo os critérios básicos estabelecidos pela OMS.

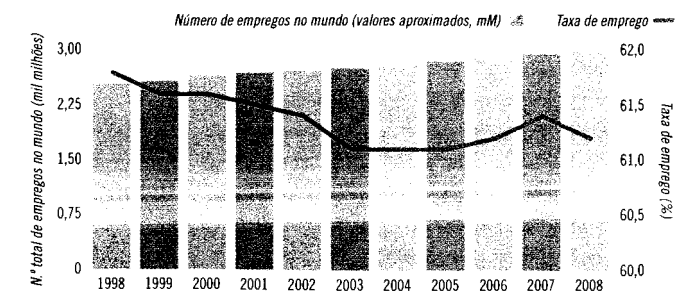
Relacionadas com o problema da água, estão as más condições de saneamento: em 2006, cerca de 2,5 mil milhões de pessoas ainda não dispunham de acesso a instalações sanitárias, para não falar na falta de tratamento de esgotos. Este é outro objectivo do milénio em larga escala de incumprimento, sendo que a actual crise económica e finan-

O EMPREGO NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS (em % e número total)



Fonte: International Labour Organisation (ILO), 2008. * = Previsão

TAXA E NÚMERO DE EMPREGOS NO MUNDO



Fonte: International Labour Organisation (ILO), 2008.

ceira contribuiu para atrasar fortemente quase todas as metas que já estavam, aliás, em derrapagem e veio agravar a situação de muitas outras camadas da população mundial até aqui fora de perigo, à medida que o número de desempregados cresce exponencialmente. Trata-se do fenómeno dos “novos pobres” estimando-se que, em 2009, mais de 100 milhões de pessoas possam passar a viver abaixo do limiar de pobreza (Voices of the Vulnerable, ONU 2009). De resto, por cada 1% de queda no crescimento das economias dos países em desenvolvimento, regista-se um aumento de 20 milhões de pessoas na legião de pobres.

Novos investimentos, novos empregos, mais futuro

Para contrariar este horizonte de derrocada das sociedades humanas e do planeta, têm-se mobilizado todo o tipo de organizações internacionais. Neste sentido, a ONU, enquanto autoridade que detém a chave do sistema internacional, produziu um documento programático de política mundial: o *Global Green New Deal* (GGND). Trata-se de um plano realista e exacto com medidas urgentes e inevitáveis — pelas quais as políticas dos vários Estados vão ter de alinhar os seus programas de forma adaptada às circunstâncias e às responsabilidades de cada um. Nele, sem paixões mas com desassombro, estão explicitadas não só a leitura das crises desta crise, como também identificadas as frentes prioritárias de actuação e os valores sociais indispensáveis para a sustentabilidade de qualquer futuro.

Inspirado no New Deal de Roosevelt aquando da Grande Depressão dos anos 30 do século passado, o GGND define três grandes objectivos de partida: reanimar a economia mundial salvando e criando empregos e protegendo os grupos vulneráveis; promover um crescimento sustentável e inclusivo com vista ao cumprimento dos Objectivos do Milénio, especialmente eliminando a pobreza extrema; e reduzir a dependência do carbono e a degradação dos ecossistemas. Ou seja, desenvolver, sim, mas sem pobres a multiplicarem-se debaixo dos nossos pés, e sem continuar a alimentar os dois mais significativos riscos enfrentados hoje pela

humanidade: a instabilidade climática e a escassez ecológica.

Num momento em que os governos de todo o mundo prometeram três triliões de dólares em pacotes de incentivos fiscais para reinflacionar a procura em 2009 e 2010, o plano advoga que uma parte substancial deste valor seja investido em “empregos verdes” e no “crescimento verde”, considerado “corda de salvação de uma economia mundial do século XXI”, como escrevia recentemente Ban Ki-Moon, secretário-geral das Nações Unidas. O objectivo é criar uma economia sustentável com uma nova geração de empregos em sectores como as energias renováveis, eficiência energética, habitação, transportes sustentáveis, agricultura, pesca, gestão da água e território...

Para todos estes sectores foram definidas metas, não só claras, como tecnicamente exequíveis com os recursos já disponíveis (ver “Sectores prioritários a investir”).

Ao mesmo tempo recomendam-se mudanças políticas em algumas áreas-chave, tais como acabar com os subsídios perversos à agricultura, à pesca e aos combustíveis fósseis; promover um sistema de incentivos que encorajem comportamentos responsáveis ambientalmente, tanto dos indivíduos como das empresas; levar a cabo uma reforma fiscal “verde” que crie empregos e reduza emissões.

Em suma, a referida insustentabilidade do sistema não quer dizer o desesperado fim da economia e do futuro. Bem pelo contrário. Dispomos hoje de recursos de conhecimento e de soluções tecnológicas que permitem já figurar um sistema económico bem diferente — ambiental e socialmente sustentável e, por isso, economicamente viável. O fundamental é também activar os mais difíceis factores de todos: a consciência pública e a vontade política. O GGND recomenda, aliás, um sistema de monitorização e de informação pró-activa aos políticos e às populações sobre o modo como os recursos e os pacotes de incentivos estão a ser gastos ou utilizados, definindo critérios estatísticos comparáveis para medir a contribuição do ambiente para o crescimento económico e o impactos da economia no ambiente.

A parada é hoje de tal modo alta, que não

SECTORES PRIORITÁRIOS A INVESTIR

1. Eficiência energética — Os edifícios são responsáveis por 30 a 40% de toda a energia gasta, emissões de GEE e de lixo. A simples aplicação de medidas para o seu acondicionamento energético pode levar a uma redução de 80% destes efeitos, abrindo oportunidades de investimento e de criação de empresas e empregos qualificados. Em muitas circunstâncias, permite envolver a recuperação de técnicas tradicionais de construção eficientes e ambientalmente benignas. Nos EUA, por exemplo, estão a aplicar-se 825 mil milhões de dólares no incentivo ao pacote energético (edifícios, renováveis e redes eléctricas), prevendo-se gerar 5 milhões de postos de trabalho.

2. Transportes — O sector dos transportes vai requerer uma melhoria de 50% da sua eficiência até 2050 para estabilizar as emissões de CO₂. Nos países da OCDE, com a aplicação rápida de tecnologias já disponíveis, poderiam ser poupados anualmente 6 biliões de barris de petróleo e 2 gigatoneladas de emissões de CO₂; bem como criar 3,8 milhões de empregos só na construção de automóveis limpos e outros 19 milhões de empregos indirectos no sector de transportes públicos. A política dos transportes e a reorientação energética para o ferroviário é uma peça chave desta mudança.

3. Renováveis — A geração de energia limpa com origem em fontes renováveis é um benefício, tanto para os países desenvolvidos, como em vias de desenvolvimento. Recorde-se que 80% dos africanos não tem acesso à electricidade, pelo que a destruição das florestas é inevitável e a desertificação avança. O investimento em *i&d* neste sector é crucial para incentivar a microgeração de energia, diminuir a dependência energética e garantir grandes produções de energias limpas. Na África do Sul, a iniciativa “Working for Water” emprega mais de 30 mil pessoas no combate à infestação de plantas invasivas que ameaçam a água, as terras aráveis e os destinos turísticos. As plantas são convertidas em combustível que já supre 2% das necessidades de energia eléctrica do país e criou mais 5 mil empregos

4. Agricultura e Pesca — Os recursos alimentares e a água potável são duas das mais dramáticas expressões da dita crise global. A produtividade agrícola está hoje declinante, tal como o solo arável vitimado pelas produções intensivas e seus agroquímicos. A agricultura, ao contrário do que se pensava até há bem pouco tempo, é hoje vista como uma questão vital de segurança de todas as sociedades. Uma agricultura sustentável, nomeadamente biológica, tem, segundo um estudo recente da FAO, não só maior retorno para os agricultores, como gera mais emprego e sequestra mais carbono do que a agricultura convencional.

Já os recursos do mar, hoje com ¼ de espécies nos limites da sua sobrevivência, vão requerer o desenvolvimento de uma nova economia tecnológica e cientificamente sofisticada que passa, por exemplo, pelas aquaculturas ambientalmente saudáveis de alto mar.

5. Água — Quanto à água potável, em dramática ruptura justamente nos lugares onde maior quantidade de seres humanos precisam dela, é também hoje uma imensa oportunidade de desenvolvimento económico a todos os níveis - da ciência à tecnologia, da captação ao transporte, do saneamento à requalificação. Na República da Coreia investe-se actualmente 38 mil milhões de dólares no saneamento de 4 rios do país, criando com isso milhares de empregos. Em NY a cidade já comprou muitos dos terrenos em redor do lago de onde retira a água para beber, incentiva a agricultura biológica local e as práticas florestais amigáveis; a água está quase em vias de poder ser engarrafada.

há alternativa a todas estas mudanças a muito curto prazo. Como o Green Deal bem demonstra, não será nunca com meras medidas financeiras ou operações de tesouraria e a regar com subsídios perversos actividades sem futuro que se resolverá a crise — as crises. O que se pretende justamente é evitar que os actuais estímulos para restaurar a economia não incorram nos mesmos erros que nos levaram às inúmeras crises.

O *Global Green New Deal* não é pois uma peça de ficção científica outorgada por

homenzinhos verdes descidos de um disco voador. É um documento pragmático e programático que define os pressupostos económicos em que será inevitável assentar a recuperação ambiental e social do mundo. Ou seja, mostra como restaurar a “saúde” do sistema económico, criando emprego, empresas e combatendo simultaneamente as crises da crise: as alterações climáticas, a dependência dos combustíveis fósseis, a devastação dos recursos finitos, a catástrofe alimentar e a pobreza tenaz. ■